

RESENHAS

Barbosa Jr., Ademir. *O corte: provocações sobre o abate religioso*. São Paulo: Pluralidades, 2020. 44p.

PATRÍCIO CARNEIRO ARAÚJO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB), REDENÇÃO/CE, BRASIL
[HTTP://ORCID.ORG/0000-0001-5901-945X](http://ORCID.ORG/0000-0001-5901-945X)

O abate religioso de animais é uma prática presente em várias expressões religiosas. Considerando o campo religioso brasileiro, judaísmo, islamismo, candomblé e umbanda são algumas das religiões que mantêm essa prática como parte constitutiva do seu arcabouço litúrgico e ritualístico. Curiosamente, nos últimos tempos tem havido muitas tentativas de criminalizar essa ação, quando realizada pelos afro-religiosos. Uma querela em torno da constitucionalidade dessa prática (Recurso Extraordinário 494.601), que começou no Rio Grande do Sul, chegou ao Supremo Tribunal Federal e teve fim no ano de 2019 é um bom exemplo de como o abate religioso de animais tem sido alvo de questionamentos. Mesmo algumas lideranças das religiões afro-brasileiras têm levado a cabo movimentos de revisão dessa prática, despertando a curiosidade da academia e a reação de religiosos mais ortodoxos.

As ciências humanas e sociais – ainda mais a Antropologia da Religião –, sempre se interessaram pelo tema do sacrifício, sendo este um dos seus temas de pesquisa prediletos. Eu mesmo analisei parte desses movimentos no livro intitulado *Candomblé sem sangue? Pensamento ecológico contemporâneo e mudanças rituais na religiões afro-brasileiras*, quando discuti algumas das motivações endógenas e exógenas ao candomblé que têm levado à supressão do uso de sangue animal nessas religiões e a sua substituição por outras matérias também tidas como portadoras de sacralidade. Tanto a justificativa quanto a explicação da abolição desses usos aparecem não só nos estudos acadêmicos, mas também numa literatura que surge a partir daqueles que lideram esses movimentos. Tal produção pode ser muito útil aos pesquisadores para melhor compreender os sentidos atribuídos a essas mudanças tão profundas nos complexos ritos dessas religiões.

O corte: provocações sobre o abate religioso, de autoria de Ademir Barbosa Jr. (Pai Dermes), lançado em julho de 2020 no Brasil, pela editora Pluralidades, pode ser compreendido como o que há de mais atual na literatura endógena referente às religiões afro-brasileiras, no que diz respeito às discussões suscitadas pelos movimentos revisionistas que propõem a abolição do abate religioso nessas religiões e que têm se disseminado por diferentes regiões do país.

O livro é composto por 44 páginas, nas quais estão distribuídas uma Introdução (:7), uma primeira parte, constituída pelo capítulo intitulado “O corte como fundamento” (:9-25), uma segunda parte, composta pelo capítulo ao qual o autor chamou “O fundamento sem corte” (:27-35), as referências bibliográficas (:37-38) e um significativo Anexo (:39- 43), contendo um depoimento da Iyá Senzaruban, ialorixá do Ilê Axé Iyá Tundê, terreiro de candomblé ao qual o autor pertence e que reivindica o pioneirismo na abolição do abate religioso de animais.

Antes mesmo da Introdução, na página 5 (que no livro não aparece numerada), a dedicatória não deve passar despercebida aos leitores, principalmente àqueles que se dedicam a pesquisar essas religiões. Nesta, Barbosa Jr., numa sugestiva atitude, dedica o livro “Para as iabassês, cozinheiras que sacralizam sabores e saberes”. Como se pode perceber, a dedicatória estabelece uma relação direta entre o conteúdo do livro e o campo da alimentação no mundo dos terreiros, direcionando, já no início, o público com quem o autor deseja dialogar. A relação criada também entre o abate religioso e as iabassês não deixa dúvidas de que o sacrifício ritual de animais possui um estreito vínculo com as culturas alimentares dos terreiros.

Depois de anunciar o conteúdo do livro – uma leitura dialética do abate religioso nas religiões tradicionais de terreiro –, o autor também comunica na Introdução seu desejo de que haja um respeito mútuo entre os praticantes das diferentes modalidades de religiões afro-brasileiras e evoca a população afro-religiosa a pensar essa prática a partir das diferentes formas de cultuar as divindades, seja com ou sem o uso de sangue animal. Em suas palavras: “Meu maior desejo é que o livro fomente o respeito entre os irmãos que praticam, ou não, o corte e abra caminhos informativos para pesquisadores e o público em geral”. (:7).

Na primeira parte da obra, Barbosa Jr. explica em que consiste o corte e seus significados nas religiões afro-brasileiras, apresentando também um resumo das críticas a essa prática e expondo o que seria a base para essa crítica do senso comum: a negação da sacralidade do ato, acusação de crueldade, confusão com as categorias dos animais utilizados no corte e atribuição equivocada de formas não praticadas de corte, envolvendo imposição de sofrimento aos animais. Para o autor, tais críticas, além de revelarem a ignorância sobre o corte, também refletem a perseguição a essas religiões, incentivada por uma mentalidade preconceituosa, perceptível no livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios* (1997), de Edir Macedo, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, de orientação neopentecostal.

Barbosa Jr. discorre a respeito do corte praticado no candomblé e já abolido em muitas expressões da umbanda. Contudo, tem o cuidado de alertar para o fato de algumas dessas comunidades religiosas ainda manterem o corte, inclusive com o aval das entidades espirituais que, em casos extremos, o exigem para salvar a vida de alguém, como ele explica na página 14. A partir da página 15, tem-se a discussão da relação entre o corte e o consumo de carne. Grosso modo, o autor, mesmo afirmando não praticar o corte, defende respeito à prática, já que esta, dentre outros aspectos, estaria associada à soberania alimentar das populações afro-religiosas, como defendem os religiosos e pensadores que ele mobiliza para respaldar sua argumentação: Iyá Omindarewa, Mãe Stella de Oxósse, Pierre Verger, Raul Lody e outros. Àqueles que discordam da prática, Barbosa Jr. lembra que o axé presente no sangue também pode ser encontrado em outros elementos da natureza, seja do reino animal, vegetal ou mi-

neral (:19). Ele termina essa parte reafirmando que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura a liberdade religiosa e de crença, motivo pelo qual projetos de lei de proibição do corte, como o que fora aprovado em Piracicaba (SP), em 2010, não pode se efetivar.

Na segunda parte do livro, Barbosa Jr. reafirma a figura de Agenor Miranda como o principal responsável pelo embasamento teológico do abandono da prática do corte nos terreiros. Após citar Agenor, menciona o babalawô cubano Alawowwo Samyer Phurull, vindo ao Brasil recentemente para divulgar um modelo de culto aos orixás sem uso de sangue animal. À figura desses dois sacerdotes ele liga duas sacerdotisas: Iyá Senzaruban e Mãe Solange Buonocore, ambas com terreiro em São Paulo e responsáveis pela abolição do uso do corte.

Para o autor, não há dúvidas: mesmo sendo Agenor Miranda o precursor, quem primeiro aboliu o uso de sangue no candomblé no Brasil, foi sua ialorixá: Iyá Senzaruban. Isso teria se dado em 1992, 25 anos antes de Mãe Solange anunciar sua primeira iaô iniciada sem sangue, em seu terreiro de Guarulhos. Estaria resolvida a questão do pioneirismo. E o autor comprova isso explicando que “[...] o primeiro iaô sem cortes (hoje Ebômi Tata Mutaladecy) foi feito por Iya Senzaruban em 1992. E, desse momento até agosto de 2019, contam-se 10 ogãs, 05 equedes, 22 iaôs, 12 ebômis, 09 ialorixás e 01 babalorixá preparados por Iya Senzaruban no Ilê Iya Tundê”. (:30). Depois disso, Barbosa Jr. trata rapidamente dos elementos que substituem o sangue nesse novo modelo de culto, e afirma que, mais difícil do que convencer os orixás com a nova dieta, é dialogar com os próprios religiosos que não admitem abdicar do corte. Outro esforço feito por ele é o de dissociar o candomblé sem corte dos modelos de dietas vegetarianas e veganas. Para tanto, assegura que uma coisa não está necessariamente ligada a outra, fato comprovado pelas falas de Mãe Solange e Iyá Senzaruban.

Todas as informações apresentadas por Barbosa Jr. são confirmadas pela Iyá Senzaruban, em um depoimento concedido ao autor, exclusivamente para o livro, em 04/08/2019. A declaração é muito expressiva e elucidadora, trazendo dados biográficos dessa ialorixá que explicam como os próprios orixás resolveram não aceitar mais o uso de sangue em seu culto. Por esse motivo, é fundamental ler o Anexo para se compreender o conjunto da obra.

No livro, o reduzido número de páginas e a simplicidade da linguagem utilizada não devem ser confundidos pelo leitor apressado. Trata-se de um importante marco nas discussões acerca do processo de abolição do sacrifício de animais em algumas expressões afro-religiosas que tem despertado muitos debates dentro e fora dos terreiros. O fato de Barbosa Jr. ser um sacerdote e intelectual, que há muito tempo vem pensando sobre a religião, inclusive por meio da edição de livros e de discussões em diferentes mídias, aumenta ainda mais a importância de sua publicação. Suas ideias apresentam um grande potencial de subsidiar a discussão entre religiosos e pesquisadores, além de apresentar o marco temporal e contextual exato da abdicção do uso de sangue no candomblé. Segundo ele, não pode haver dúvidas: foi Iyá Senzaruban quem primeiro adotou essa prática de forma mais organizada. Também foi ela a primeira a assumir isso publicamente. Mãe Solange Buonocore só viria a público nesse sentido 25 anos depois de Senzaruban.

Outro mérito do livro é demonstrar que se a abolição do sacrifício não é consenso entre os religiosos, sua prática também não é. De certa forma, os grupos apenas adotariam aquilo que a tradição

lhes passou, mesmo que em alguns casos discordem dela. Barbosa Jr. repete ao longo do livro sua disposição em dialogar com seus pares. Isso nos leva a entender que, em se tratando dessas mudanças no campo afro-religioso, as práticas ligadas ao uso do abate religioso encontram-se em acaloradas negociações. Nesse sentido, nem é possível dar uma palavra final a respeito delas e nem prever como tudo será daqui a dez anos, por exemplo. Porém, uma das conclusões que se pode tirar do livro deste intelectual e sacerdote é que, independentemente do posicionamento pessoal, fica cada vez mais difícil manter-se indiferente a essa questão.

Patrício Carneiro Araújo é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Em 2020 realizou pós-doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

RECEBIDO: 31/08/2020

APROVADO: 05/01/2021